



António Pinto Ribeiro

Uma cidade sem estrangeiros não é uma cidade

entrevista por José Marmeleira

António Pinto Ribeiro. © Cortesia da Revista Turismo de Lisboa.

António Pinto Ribeiro conversou com a Contemporânea sobre os principais traços programáticos de “Passado e Presente, Lisboa capital ibero-americana de cultura 2017”, iluminando a sua relação com a história da cidade de Lisboa e evocando os ecos dos eventos políticos que marcaram o mundo em 2016. Palavra ao programador para o qual a história da cultura se articula com a história política.



Testemunhos da escravatura © Dr Geo

José Marmeleira: Podemos considerar [Lisboa capital ibero-americana de cultura Lisboa 2017](#) como representando uma continuidade das preocupações que, em termos conceptuais, têm marcado o seu trabalho? Ou assinala uma mudança em relação às traves mestras dos programas que, entre 2009 e 2016, desenvolveu na Fundação Calouste Gulbenkian?

António Pinto Ribeiro: Houve uma condição que limitou muito a minha autoria total de programador. Este convite impôs a necessidade de fazer um trabalho de cooperação com alguns equipamentos da Câmara Municipal de Lisboa. Algumas propostas foram tomadas em consideração, outras foram revistas. Apesar da limitação, foi uma experiência interessante ter percebido como as pessoas lidam com certos temas. Houve outras duas condicionantes, o curto espaço de tempo, cinco meses para realizar a programação, envolvendo os equipamentos da câmara, que são muitos e diversificados e, naturalmente, os autores, os artistas, as organizações deste espaço designado como ibero-americano que é, maioritariamente, um espaço latino-americano. Outro aspecto interessante teve que ver com a adesão de outros equipamentos da cidade não ancorados na Câmara. Decidiram aderir, em função da carta programática que se tornou pública, e isso foi muito gratificante. Houve um conjunto de negociações e, nesse sentido, o programa foi mais articulado tendo a colaboração de outros autores, programadores, com seus meios e condicionantes. Naturalmente, e esse foi o ponto de partida, houve uma continuidade relativamente ao Programa Próximo Futuro no que diz respeito à América Latina e a África, bem como em relação à experiência que desenvolvi na Culturgest como director artísticos. Quis tornar visível um conjunto de autores e protagonistas da cena latino-

americana que não eram conhecidos entre nós e, quando digo entre nós, refiro-me à Europa. Por outro lado, também é verdade que nos últimos anos, desde o arranque do Próximo Futuro, em 2009, verificaram-se imensas alterações no panorama da América Latina, por questões de natureza de regime, de produção artística, de circulação no espaço. Essas alterações reflectem-se na programação.

JM: Podemos concluir que não teve a mesma autonomia que teve na Gulbenkian...

APR: Não, mas na Gulbenkian a autonomia nunca foi total. Aqui foi necessário fazer uma articulação com os equipamentos. Não tomo isso como uma menos valia. Em alguns casos, as colaborações propostas foram muito interessantes, como foi o caso do [Gabinete de Estudos Olisiponenses](#). Houve uma questão fundamental que era não implementar em Lisboa uma programação que lhe fosse alheia. E começou-se, exactamente, pelo levantamento do que era já propriedade e pertença de Lisboa. Nas conversas com esse interlocutor, chegámos à conclusão que havia projectos muito interessantes. Um é uma carta toponímica da presença ibero-americana, com um levantamento de ruas, praças, entre outros espaços. Um segundo levantamento deu origem a uma carta toponímica da presença dos afrodescendentes. E um terceiro consiste numa exposição envolvendo dezenas de instituições de Lisboa que têm nos seus acervos testemunhos da presença africana entre nós. Tanto pode ser uma bracelete talhada por um escravo que passou por Lisboa, durante o tráfico de escravos, e aqui a deixou, como pode ser parte do património arqueológico do Museu de Arqueologia. Foi um dos trabalhos mais inovadores e veio reforçar a ideia dessa presença afro-americana e ibero-americana na cidade. Com a Casa Fernando Pessoa ao discutirmos o tipo de colaboração, a Clara Riso propôs dar destaque a géneros literários considerados inadvertidamente menores, como o jornalismo e a crónica.

JM: Atendendo ao significado e à imprevisibilidade dos recentes eventos políticos, que nos interpelam quotidianamente, sentiu a necessidade de enfatizar algumas linhas temáticas da programação?

APR: É muito interessante que coloque essa questão pois permite-me responder a dois problemas que são inerentes à sua formulação. Importa saber que não nos centrámos apenas no universo ibero-americano. Era importante que esta celebração não isolasse o universo ibero-americano do resto do mundo. Dou-lhe um exemplo muito concreto: o tema das migrações, fulcral nesta programação, foi essencial para a criação desse mesmo universo. Todos nós já ouvimos falar de alguém que partiu para o Brasil, para a Venezuela, nesses países acontece algo semelhante. Esse aspecto está intimamente ligado à questão dos refugiados, das migrações políticas, de exílio e asilo.

Destaco na programação um conjunto de colóquios e seminários que abordam as linhas programáticas principais. Vão funcionar como um espécie de final de contexto não apenas para a programação que se apresenta, mas para o que é o olhar dos interlocutores, maioritariamente sul-americanos. O objectivo é permitir uma visão da realidade ibero-americana e latino-americana que é, porventura, diferente daquela que existia antes das recentes alterações no mundo. Basta pensar na eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, que vai afectar grandemente a América Latina, ou o estado da relação com África que se tornou, entretanto, mais distante. É necessário ultrapassar a ideia do festival ibero-americano "exótico".

JM: Destaca a história dos afrodescendentes, as migrações, a escravatura, a presença da África e da América Latina em Lisboa. Há, como na ideia que subjaz ao programa – Passado e Presente –, a necessidade de pensar o passado para iluminar as condições de existência do presente. Nesse sentido, de que modo pode a programação permitir uma reconciliação com os acontecimentos da história? É curioso que no seu texto de apresentação não se encontrem mencionadas palavras como racismo ou violência...

APR: Essas questões estão presentes, mas de uma forma pouco evidente e isso é propositado. Primeiro, há a intenção de se desconstruir a ideia que o universo ibero-americano é homogéneo, de que existe uma relação de igualdade entre todos os parceiros deste universo, entre as 30 cidades que fazem parte da União das Cidades Capitais Ibero-Americanas ou entre os ex-colonos e ex-colonizados. Essas relações não são homogéneas e não estão completamente pacificadas. Isso vai surgir nos debates e nas obras expostas ou apresentadas, quer no caso da música e das artes visuais, quer no caso da dança e do teatro. Vai estar presente essa ideia de conflito latente - os conflitos existem no interior dos grupos, dos bairros, das cidades. Sobre a reconciliação, penso que pode acontecer, embora, certos países ainda não reuniram condições para tal. Por exemplo, a questão da memória e do esquecimento vai ser tratado pelo Museu do Aljube, está programada uma grande conferência internacional; a questão do perdão, da verdade, da justiça não só em relação às ditaduras, como em relação àquilo que foram os fenómenos do colonialismo, serão aqui discutidas. Em algumas situações poderá não existir perdão ou se houver será diferente. Não é possível criar uma lei geral aplicável a toda gente. Depende muito. Os contextos são muito diferentes.

JM: Apesar da reconciliação nem sempre ser possível, o programa vai propiciar-nos, certamente, momentos de catarse...



Pájaro, Ciclo Teatro Hoy.

APR: Sim, com certeza. Há um espectáculo onde isso está muito presente, *Pájaro*, de Trinidad González, uma grande encenadora e escritora chilena que lida com as problemáticas da sociedade indígena em relação aos mapuches [povo índio do Sul do Chile]. Na dança, essa catarse acontecerá, por exemplo, com a trilogia da coreógrafa uruguaia Tamara Cubas, em torno da antropofagia e da questão de identidade dos descendentes dos índios brasileiros.

JM: Faz referência, na carta programática, à importância de Lisboa assumir a sua condição de cidade de asilo e hospitalidade e, nesse sentido, repor o projecto político da interculturalidade. De que modo pode uma programação cultural associada a uma celebração contribuir para desenvolver esse projecto político?

APR: Dando visibilidade as esses problemas. Combatendo a demagogia que, muitas vezes, surge quando se fala de migração ou de refugiados. Contudo, não podemos esperar que uma programação cultural e artística vá resolver os problemas da actualidade. De todo. Se não houver simultaneamente medidas de acolhimento, de empregabilidade, de apoio às famílias das pessoas, se não houver capacidade e interesse dos vários fóruns religiosos em se entenderem, a programação cultural será insuficiente. É necessária estabelecer, a longo prazo, uma acção política dos vários intervenientes e protagonistas. Essas questões são tão ou mais importantes do que as da esfera cultural.

JM: Em Lisboa Capital Ibero-Americana da Cultura, a história da política e a histórica da arte, recaem uma sobre a outra. Esse entrecruzamento é um dos seus principais traços...

APR: Sim, penso que sim. As duas estão intimamente ligadas e as mutações internas de um lado e do outro acabam por se condicionar.



Tamara Cubas. Multitud © Rafael Arenas